

321 A regência do verbo corroborar

A pergunta da vez

Ao fundamentar uma decisão judicial, você costuma escrever que determinado elemento de prova “corroborar com a versão” da parte ou que ele “corroborar a versão”? Qual é a regência desse verbo?

Uma gota de gramática

O verbo corroborar é amplamente utilizado na redação jurídica com o sentido de confirmar, comprovar, validar ou dar força a um argumento, fato ou tese. Desse modo, quando empregado com esses sentidos, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, o verbo corroborar será transitivo direto (VTD). Isso significa que ele se liga diretamente ao seu complemento (objeto direto), dispensando o uso de qualquer preposição.

- quando usado como transitivo direto (VTD), quando tem os sentidos indicados acima, corroborar não exigirá preposição;
- logo, quem corrobora, corrobora algo (e não a algo).

Veja os seguintes exemplos:

- Os depoimentos testemunhais **corroboram com** a versão fática descrita pelo autor. (INADEQUADO)
- Os depoimentos testemunhais **corroboram a** versão fática descrita pelo autor. (ADEQUADO)
- Variação: uso no plural
- Os novos depoimentos **corroboram as** alegações da defesa.
- Variação: regência com oração objetiva direta (OD)
- Os indícios colhidos na instrução **corroboram que** houve falha na prestação do serviço.

Observações:

Como falamos anteriormente, o verbo corroborar não exige preposição, sendo assim, antes de substantivos femininos (como tese ou defesa), haverá apenas o artigo definido feminino “a”. Portanto, escreva sempre: corroborar a tese, corroborar a defesa (sem utilizar a crase).

Questão prática para você:

Assinale a alternativa que apresenta a redação correta quanto à regência verbal, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa:

- A) A prova pericial produzida nos autos de fato corrobora com as alegações trazidas pelo autor na petição inicial.
- B) Os novos depoimentos colhidos em audiência corroboram a tese de legítima defesa apresentada pela defesa do réu.
- C) As certidões emitidas pelo cartório distribuidor corroboram à demonstração de inexistência de débitos tributários.
- D) Os indícios reunidos durante o inquérito policial corroborariam com a denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Resposta:

Alternativa B) correta.